



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí

Carmelina Maria Mendes de Moura

Subprocuradora de Justiça Institucional

Martha Celina de Oliveira Nunes

Subprocurador de Justiça Jurídico

Cleandro Alves de Moura

Subprocurador de Justiça Administrativo

Leonardo Fonseca Rodrigues

Corregedor-Geral do Ministério Público

Luís Francisco Ribeiro

Ouvidora do Ministério Público

Raquel de Nazaré Pinto Costa Normando

**Diretora do Centro de Estudos e
Aperfeiçoamento Funcional (CEAF)**

Teresinha de Jesus Marques

**Chefe de Gabinete da PGJ/
Assessora de Planejamento e Gestão**

Cléia Cristina Pereira Januário Fernandes

Secretária-Geral

Raquel do Socorro Macedo Galvão

**Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Combate
à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP)**

Sinobilino Pinheiro da Silva Júnior

**Coordenadora do Centro de Apoio Operacional às
Promotorias de Justiça Criminais (CAOCRIM)**

Luana Azerêdo Alves

**Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Defesa da Educação e da Cidadania (CAODEC)**

Flávia Gomes Cordeiro

**Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Defesa da Infância e da Juventude (CAODIJ)**

Francisca Sílvia da Silva Reis

**Coordenadora do Centro de Apoio
Operacional de Defesa da Saúde (CAODS)**

Cláudia Pessoa Marques da Rocha Seabra

**Coordenadora do Centro de Apoio Operacional
de Defesa do Meio Ambiente (CAOMA)**

Ednolia Evangelista de Almeida

**Coordenador do Programa de Proteção
e Defesa do Consumidor (PROCON)**

Nivaldo Ribeiro

**Coordenadora do Grupo de Atuação Especial
de Controle Externo da Atividade Policial (GACEP)**

Fabírcia Barbosa de Oliveira

**Coordenadora do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa
da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID)**

Maria do Amparo de Sousa Paz

Mensagem da PGG

O Ministério Público do Piauí, atento aos desafios impostos aos gestores, em especial à utilização eficiente dos recursos financeiros, materiais e humanos e, conseqüentemente, à necessidade cada vez maior de planejar ações que resultem em impacto social, apresenta o Plano Geral de Atuação/PGA, englobando onze projetos para o biênio 2020/2021.

A elaboração do PGA 2020/2021 incluiu oficinas com membros e servidores, utilizando a metodologia *Project Models Canvas* para construção dos projetos, aplicação de pesquisa para validação dos projetos e apresentação de sugestões, incluindo a sociedade, tomando como referência o ODS 16, instituído pela ONU.

O PGA 2020/2021 contempla as temáticas identificadas com as principais demandas sociais nas áreas da infância e adolescência, saúde, meio ambiente, patrimônio público, combate ao crime, segurança pública e cidadania.

Para a fase de execução, a inovação consiste nas parcerias a serem firmadas com outros órgãos e instituições de modo a tornar mais resolutivos os projetos. Para tanto, as ações serão desenvolvidas em 09 regionais de Promotorias de Justiça, respeitando as características e peculiaridades de cada uma, possibilitando, assim, uma maior participação e a formação de uma consciência de pertencimento social.

Planejar com base em uma visão de futuro permite traçar metas para conquistar os resultados esperados. Para além de planejar, contamos com a participação de cada membro, servidor, estagiário e colaborador para iniciar e monitorar a execução das propostas aqui expostas e democraticamente eleitas por ocasião da construção da estratégia institucional, confiantes de que temos muito a entregar à população piauiense e impactar a realidade social.

O Plano Geral de Atuação ora apresentado torna transparente as ações a serem desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado do Piauí e buscando cada vez mais uma atuação resolutiva, efetiva, eficaz e eficiente.

Carmelina Maria Mendes de Moura
Procuradora-Geral de Justiça do Estado do Piauí



Sumário

Apresentação.....	6
Mapa Estratégico.....	7
Programa MPPI Sempre Presente.....	8
Projetos.....	10
MPPI Sempre Presente para Construção da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos.....	11
MPPI Sempre Presente para Ouvir o Cidadão.....	13
MPPI Sempre Presente na Transparência das Receitas e Despesas Públicas.....	14
MPPI Sempre Presente na Eficácia da Persecução Penal - ANPP.....	15
MPPI Sempre Presente no Atendimento à Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar.....	16
MPPI Sempre Presente no Direito à Assistência Hospitalar.....	17
MPPI Sempre Presente na Garantia do SUAS.....	19
MPPI Sempre Presente na Regularização dos Fundos Municipais da Infância e da Adolescência (FIAs).....	20
MPPI Sempre Presente na Prevenção e Combate às Queimadas e Incêndios Florestais.....	21
MPPI Sempre Presente na Fiscalização da Qualidade do Combustível.....	22
MPPI Sempre Presente na Defesa da Segurança Pública.....	23

A busca incessante do aprimoramento tem como premissa um efetivo planejamento, baseado na análise das condições ambientes, tanto internas como externas, no conhecimento da força de trabalho e na definição das prioridades.

O Plano Geral de Atuação (PGA) define o programa e os projetos finalísticos prioritários a serem desenvolvidos pelo Ministério Público do Estado do Piauí, no biênio 2020/2021.

Baseado na Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, com destaque ao objetivo estratégico 16 “Paz, Justiça e Instituições Eficazes”, o PGA 2020/2021 terá como tema: “MPPI sempre Presente”, evidenciando as áreas de atuação e os projetos focados na solução de problemas sociais do Estado do Piauí. Assim, objetiva-se o maior impacto social e o aumento do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH no Estado do Piauí.

A meta é promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência, com a consciência de que, para se alcançar o desenvolvimento sustentável, é necessária a paz.

Para alcançar os resultados propostos com os projetos executados, o PGA 2020/2021 terá uma abordagem inovadora, com a divisão do Estado em 09 (nove) regionais de atuação. Além disso, serão realizados 09 Encontros Regionais para apresentação dos resultados dos projetos.

Os membros terão apoio da Ouvidoria, dos Centros de Apoio Operacionais, do GACEP e do NUPEVID na execução dos projetos, que serão monitorados através de indicadores de contribuição para medir o impacto social destes.

O lançamento do PGA 2020/2021 ocorreu no dia 27 de janeiro de 2020, iniciando a execução dos projetos. Todavia, a decretação da pandemia em 17 de março implicou em mudanças na rotina de trabalho, incluindo a suspensão dos projetos e atuação dos Centros de Apoio Operacionais exclusivamente em ações de combate à pandemia (Atos PGJ nº 995/2020, 996/2020, 997/2020 e 999/2020).

Desse modo, com o retorno gradual ao trabalho presencial programado para o dia 10 de agosto, oportuno que o planejamento seja revisitado, oportunizando uma adequação ao novo cenário, bem como a reabertura de prazo para adesão dos Promotores de Justiça.

Mapa Estratégico



MPPI Ministério Público do Estado do Piauí

MAPA ESTRATÉGICO NACIONAL

2020-2029



MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

VALORES

- Resolutividade
- Transparência
- Produtividade
- Inovação
- Cooperação

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas

RESULTADOS PARA A SOCIEDADE

Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público

Aprimorar a efetividade da persecução civil e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas

Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional

Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

PROCESSOS INTEGRADORES

Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados

Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação

APRENDIZADO E CRESCIMENTO

Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários

Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada

Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional

Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho

Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

“ESTRATÉGIA É DIÁLOGO PERMANENTE.”

Accesse o Painel de Resultados dos Encontros

MPPI SEMPRE PRESENTE

O Programa MPPI Sempre Presente tem como parâmetro os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis-ODS, da ONU, com priorização do ODS 16, cujo foco é a Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Determinado a promover sociedades pacíficas, justas, inclusivas, livres do medo e da violência, o Ministério Público do Estado do Piauí, com uma visão transformadora, atuará com 11 projetos, tendo por objetivo a transformação social.

Como temáticas prioritárias foram escolhidas: a escuta do cidadão, o fomento aos fundos da infância, a assistência hospitalar, a garantia do SUAS, a segurança pública, a eficácia da persecução penal, o enfrentamento da improbidade administrativa, a fiscalização da qualidade do combustível, o controle das queimadas, a proteção da mulher em situação de violência doméstica e a cultura de paz.

A expectativa, ao final de dois anos, é a melhoria dos indicadores sociais dos Municípios nos quais os projetos serão implantados.





OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO



3 BOA SAÚDE
E BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO
DE QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA LIMPA
E SANEAMENTO



7 ENERGIA
ACESSÍVEL E LIMPA



8 EMPREGO DIGNO
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA,
INOVAÇÃO E
INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



12 CONSUMO
E PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 COMBATE ÀS
ALTERAÇÕES
CLIMÁTICAS



14 VIDA DEBAIXO
D'ÁGUA



15 VIDA SOBRE
A TERRA



16 PAZ, JUSTIÇA
E INSTITUIÇÕES
EFICAZES



17 PARCERIAS
EM PROL
DAS METAS



Projetos



MPPI SEMPRE PRESENTE

PARA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE JUSTIÇA RESTAURATIVA E TRATAMENTO ADEQUADO DE CONFLITOS

NUPAR: Construir a Paz

OBJETIVOS: O Projeto tem como objetivo instituir, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, a **Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos**, e criar o Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – **NUPAR**.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Procuradoria-Geral de Justiça

PÚBLICO-ALVO: sociedade em geral.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial;
- Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O Projeto será gerenciado pela Procuradora-Geral de Justiça, com participação da Assessoria de Planejamento e Gestão e das coordenadorias da Área Meio do Ministério Público para oferecimento da infraestrutura física, de pessoal e material necessárias à instalação e funcionamento desse órgão.

Etapa 1: Instituição da Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos, criação do NUPAR e aprovação do Regimento Interno

Edição de um ato pela Procuradora-Geral de Justiça instituindo, no âmbito do Ministério Público do Piauí, a Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos e criando o Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR, com sede na capital e atuação em todo o território estadual. Seguindo-se a nomeação de um membro para exercício da função de Coordenador, o qual se encarregará da elaboração de minuta de Regimento Interno, a ser aprovado pela gerente.

Etapa 2: Estruturação do NUPAR

Tão logo editado o ato instituindo a Política e criando o NUPAR, será levantada a estrutura interna de pessoal e de recursos materiais necessária ao funcionamento do órgão, a princípio para atendimento virtual de demandas, até a instalação em sede própria em Teresina.

Também serão levantados os órgãos públicos, estaduais e municipais, para celebração de parceria, além de instituições de ensino que possam contribuir para os objetivos propostos.

O projeto será apresentado a esses órgãos e instituições parceiras para a assinatura dos convênios.

Para o atendimento virtual, o NUPAR contará com a estruturação em nuvem e utilizará a ferramenta Teams, sem prejuízo do desenvolvimento de sistema de informática próprio para o registro e acompanhamento das demandas.

Etapas 3: Instalação do NUPAR

No processo de instalação do NUPAR para o atendimento presencial, será feito o levantamento da sede, com dimensionamento de espaço físico, adequação da quantidade de pessoas que realizarão o atendimento e feitura de projeto arquitetônico para essa finalidade.

Após a aprovação do projeto, serão iniciadas as obras. Em seguida, será efetivada a fase de instalações e mobília do espaço.

Com a conclusão, será elaborada uma agenda diária de atendimentos presenciais e virtuais e serão iniciados os atendimentos presenciais.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Regulamentação e implementação, no âmbito do Ministério Público do Estado do Piauí, da **Política de Justiça Restaurativa e Tratamento Adequado de Conflitos** e criação e instalação do Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – **NUPAR**;
- Utilização dos instrumentos autocompositivos nos procedimentos de atribuição privativa da PGJ e incentivo à utilização pelos Procuradores e Promotores de Justiça;
- Capacitação de membros e servidores sobre a temática.
- Maior resolutividade com a pacificação de conflitos e menor litigiosidade.

INDICADORES:

- Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas – NUPAR criado e instalado;
- Quantidade de Procuradorias e Promotorias de Justiça que aderiram ao projeto;
- Quantidade de Autocomposições e práticas restaurativas celebradas nos casos de atribuições privativas da Procuradora-Geral de Justiça.



MPPI SEMPRE PRESENTE PARA OUVIR O CIDADÃO

Voz Ativa: Criação e Aprimoramento de Ouvidorias Municipais

OBJETIVO: Fomentar a implantação de ouvidorias municipais no Estado do Piauí, para que seja utilizada como ferramenta de gestão dos municípios, tornando-se um interlocutor junto a sociedade.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Ouvidoria do MPPI

PÚBLICO-ALVO: Sociedade em geral e gestores públicos municipais do Estado do Piauí.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

A mobilização dos gestores públicos do Estado do Piauí através de seminários e reuniões a fim de sensibilizá-los para implantar as ouvidorias municipais, através de um cronograma de trabalho, capacitar a equipe que atuará nas ouvidorias e premiar os gestores públicos com o prêmio “Gestor Parceiro da Sociedade” para aqueles que implantarem e utilizarem a ouvidoria como ferramenta de controle social.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

Aumento do número de ouvidorias municipais e um atendimento de maior qualidade e eficiência à sociedade beneficiada.

INDICADORES:

Total de Ouvidorias implantadas após a implementação do projeto, tomando como parâmetro a quantidade de municípios que tem ouvidoria implantada antes da execução do projeto.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NA TRANSPARÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS PÚBLICAS

Portais da Transparência: eficiência na Administração Pública

OBJETIVO: Prevenir irregularidades administrativas nas receitas e despesas públicas dos poderes executivos dos municípios e do Estado do Piauí, fiscalizando e induzindo políticas públicas de aprimoramento dos portais de transparência dos poderes executivos municipais e estadual.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Apoio Operacional de Combate a Corrupção e Defesa do Patrimônio Público – CACOP

PÚBLICO-ALVO: munícipes do Estado do Piauí atendidos pelo projeto.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

DESCRIÇÃO DO PROJETO

Incentivo à implementação e aprimoramento da transparência pública ativa à legislação vigente, através de fiscalização automatizada e concomitante pelo Ministério Público do Piauí nos portais de transparência municipais e estadual do estado, prevenindo irregularidades administrativas quanto ao emprego de recursos públicos, e aumentando o controle social sobre a receita e gastos públicos.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO

- Automação da fiscalização dos portais de transparência pelo MPPI (CACOP);
- Aumento da fiscalização dos entes municipais e estaduais fiscalizados;
- Aumento do número de Portais da Transparência criados;
- Aumento da regularização dos Portais da Transparência.

INDICADORES:

- Número de entes municipais e estaduais fiscalizados;
- Número de relatórios de fiscalização expedidos pelo MPPI;
- Número de Portais da Transparência criados no período;
- Número de Portais da Transparência regularizados;
- Número de Procedimentos extrajudiciais instaurados para regularização dos Portais de Transparência identificados como insuficientes pelos relatórios de fiscalização.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NA EFICÁCIA DA PERSECUÇÃO PENAL - ANPP

Justiça Criminal rápida e eficiente

OBJETIVO: Implantação e consolidação dos acordos de não persecução penal no âmbito do MPPI.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais – CAOCRIM

PÚBLICO-ALVO: vítimas, infratores e sociedade em geral.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Aprimorar a efetividade da persecução penal cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

- Implantação e consolidação dos acordos de não persecução penal/ANPP no âmbito do MPPI;
- Realização de evento de capacitação para Membros e Servidores do MPPI;
- Realização de visitas institucionais ao TJPI, Defensoria Pública, OAB, Delegacia Geral da Polícia Civil;
- Elaboração de Manual sobre o ANPP;
- Realização de reuniões presenciais com Membros e servidores do MPPI, com o objetivo de discutir pontos controvertidos do instituto;
- Realização de reuniões virtuais com o Delegado Geral da Polícia e Delegados de Polícia, visando a colaboração para a identificação de casos passíveis de ANPP desde o nascedouro da investigação;
- Quantificar número de ANPP's celebrados; valor total de indenização revertido para vítimas; valor total de horas de prestação de serviços à comunidade; valor total de prestação pecuniária; valor total de outras condições estipuladas pelo Ministério Público.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Aprimoramento, economia de tempo e de recursos públicos na atuação das instituições e profissionais envolvidos na persecução penal;
- Garantir às vítimas e, por consequência, à sociedade, uma atuação mais eficaz, célere e justa.

INDICADORES:

- Número de ANPPs celebrados;
- Valor de indenização para as vítimas – valor total revertido às vítimas a título de indenização;
- Quantidade de horas em prestação de serviço à comunidade – valor total das horas de prestação de serviço à comunidade cumpridas pelo acordante;
- Valor advindo de pagamento de prestação pecuniária – valor total das prestações pecuniárias pagas pelo acordante em favor de entidades;
- Quantidade de “Outras condições estipuladas pelo Ministério Público” – quais outras condições foram propostas pelo Ministério Público.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NO ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR

Pró-Mulher: protocolo único de atendimento à mulher

OBJETIVO: Facilitar o fluxo de atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

UNIDADES RESPONSÁVEIS: Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais – CAOCRIM e Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar – NUPEVID

PÚBLICO-ALVO: mulheres em situação de violência doméstica e familiar.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público;
- Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Desenvolver um sistema unificado *online* e cadastrar as informações colhidas no ato do atendimento à mulher em situação de violência, para fins de verificação dos procedimentos de referência e contrarreferência acerca dos serviços ofertados pela rede de atendimento à mulher, assegurando a horizontalização das relações entre os setores com base na independência dos serviços.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Reconhecimento do fluxo de atendimento;
- Dados acerca da vítima e do agressor;
- Dados de referência e contrarreferência do serviço;
- Percepção dos tipos de encaminhamentos mais demandados pelas vítimas.

INDICADORES:

Quantitativo de vítimas atendidas pela rede.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NO DIREITO À ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Integração em defesa da vida

OBJETIVOS: Fomentar a melhoria da assistência à saúde nos Hospitais Regionais situados no interior do Estado e, nos Hospitais de Referência para a COVID-19, sitos na capital do Estado do Piauí, por meio da ampliação da capacidade de atendimento, da qualificação da assistência à saúde e da implantação de novos serviços.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde – CAODS

PÚBLICO-ALVO: munícipes atendidos pelo projeto.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- Consolidar a atuação integrada e estimular a articulação interinstitucional;
- Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

O projeto baseia-se na atuação integrada de diversas Promotorias de Justiça situadas em todas as regiões do Estado impulsionando a aproximação com os gestores da saúde e a celeridade no intercâmbio de informações qualificadas pela articulação com os conselhos de classe (COSEMS, CRM, COREN e CREFITO) e com as demais instituições de controle (MPT, MPF, TCE, TCU e DENASUS). Definidos os hospitais que ocupam posição estratégica na rede estadual de atenção com base no perfil assistencial, capacidade instalada, tipos de leitos, equipamentos e recursos humanos foram elaboradas agendas propositivas e construtivas com todos esses atores culminando com a implementação de ações transversais para a melhoria permanente na rede saúde hospitalar no Piauí.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Ampliação da capacidade de atendimento dos hospitais, aumento da resolutividade com a implantação de novos serviços, ampliação da estrutura física, contratação de recursos humanos e aquisição de equipamentos para os Hospitais que serão objeto da atuação do MPPI;
- Criação de Grupos Integrados de Promotorias de Justiça Regionais, por meio da Portaria PGJ nº 928/2020 e Resolução CSMP nº 02/2020;
- Tutorias para acompanhamento e o fomento de cada ação sanitária a ser observada nos hospitais;

- Criação de fluxos específicos nos hospitais para prestar atendimento às pessoas com sintomas da Covid-19;
- Disponibilização de vídeos das inspeções virtuais e das reuniões para o conhecimento do controle social;
- Incremento da atuação dos Promotores de Justiça em saúde pública;
- Planilha de leitos por macrorregiões e microrregiões de saúde;
- Qualificação dos membros na matéria sanitária e conhecimento do SUS;
- Fomentar maior integração entre os ramos do MP, principalmente, com o MPT, sobretudo no incremento da estrutura de pessoal e fornecimento adequado de EPIS;
- Fomentar diálogo e integração entre membros e gestores de saúde, por meio de reuniões – virtuais – videoconferências, seja nas reuniões CIR e CIB, seja com a administração dos hospitais de referência e com o próprio Estado, pela Secretaria Estadual de Saúde, a fim de obter informações de forma rápida e efetiva.

INDICADORES:

- Quantidade de hospitais ampliados e estruturados;
- Número de serviços ofertados;
- Leitos de UTI, leitos clínicos e de estabilizações implantados e habilitados;
- Quantidade de equipamentos instalados;
- Percentual de recursos humanos contratados;
- Quantidade de pessoas beneficiadas;
- Quantidade de Procedimentos instaurados, recomendações expedidas e ações ajuizadas.



MPPI SEMPRE PRESENTE

NA GARANTIA DO SUAS

Assistência social: garantia de dignidade e cuidado

OBJETIVO: Garantir a estruturação, organização e oferta dos serviços socioassistenciais da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), conforme a legislação vigente no País.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Apoio Operacional da Educação e Cidadania – CAODEC

PÚBLICO-ALVO: famílias e indivíduos das áreas de vulnerabilidade e risco social dos municípios do Estado do Piauí.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial.
- Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Após a elaboração de um diagnóstico da realidade dos CRAS, CREAS, SCFV e PSBD para pessoas com deficiência e idosos em cada Município, de acordo com o manual e os roteiros de fiscalização, será mobilizada a rede SUAS nesses Municípios, dando transparência à realidade local, visando a realização de tratativas com os gestores municipais para viabilizar as adequações necessárias. Ao final, os resultados serão divulgados aos cidadãos e concedido um “Selo de Reconhecimento” ao Município e respectivo gestor.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

Funcionamento de Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas e Centros de Referência Especial da Assistência Social – CREAS, na forma prevista na legislação em todo o Estado do Piauí.

INDICADORES:

- Número de Municípios com o SCFV em funcionamento no Estado do Piauí.
- Número de Municípios com serviços de PSBD para pessoas com deficiência e idosos oferecidos no Estado do Piauí.
- Quantidade de Municípios com equipe técnica completa e capacitada nos CRAS e CREAS.
- Quantidade de Municípios com estrutura física e de equipamentos adequados, conforme previsão legal, para o funcionamento do CRAS e CREAS.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NA REGULARIZAÇÃO DOS FUNDOS MUNICIPAIS DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA

FIAs: compromisso com o futuro de crianças e adolescentes

OBJETIVO: Fomentar a regularização dos Fundos Municipais da Infância e Adolescência (FIAs), possibilitando aos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente financiar projetos que atuem na garantia da promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude – CAODIJ

PÚBLICO-ALVO: crianças e adolescentes dos Municípios do Estado do Piauí.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Após a coleta de dados dos FIAs existentes e/ou regulares no Estado do Piauí, os Promotores de Justiça serão estimulados a atuar de forma articulada com a rede de proteção à criança e ao adolescente, a partir de roteiro elaborado pelo CAODIJ, visando ações conjuntas focadas na implantação dos Fundos dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIAs. Serão articuladas ações para sensibilização e mobilização dos municípios a fim de que adotem iniciativas para a implementação dos fundos municipais da infância, possibilitando a captação de recursos governamentais e não governamentais para o financiamento de ações que impactam na vida de crianças e adolescentes. Serão realizadas parcerias com o Tribunal de Contas do Estado do Piauí, Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, Associação Piauiense dos Municípios, Delegacia da Receita Federal do Brasil no Piauí, dentre outros órgãos. Será elaborado livro digital como guia informativo para orientar os municípios na implementação do FIA, bem como capacitação, utilizando-se de plataformas virtuais abordando os fundamentos da implantação e operacionalização dos fundos. Após, será disponibilizada relação dos FIAs regulares no Estado, informando conta e CNPJ.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- 80 (oitenta) Fundos Municipais da Infância e Adolescência habilitados e aptos a receber recursos;
- Aumento das doações para os fundos municipais da infância e da adolescência.

INDICADORES:

- Número de FIAs do Estado do Piauí cadastrados e habilitados a receber recursos, conforme dados disponibilizados pela Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Receita Federal do Brasil;
- Número de doações para os fundos municipais da infância e da adolescência.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NA PREVENÇÃO E COMBATE ÀS QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS

Corta-Fogo

OBJETIVO: Prevenir e combater as queimadas e incêndios florestais no Estado do Piauí, com ênfase da diminuição dos focos de calor.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Centro de Apoio Operacional de Defesa do Meio Ambiente – CAOMA

PÚBLICO-ALVO: Sociedade piauiense.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

- Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.
- Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Firmar parceria com as instituições envolvidas na temática, realizar levantamento de informações sobre os Municípios com maiores índices de focos de calor no ano de 2019, identificar as causas de queimadas e incêndios florestais, elaborar a segunda edição do Manual de Atuação Ministerial – Queimadas e Incêndios Florestais, e realizar reuniões de integração e articulação entre o Ministério Público, SEMAR, IBAMA, Corpo de Bombeiro e FETAG para alinhar as atividades preventivas e de combate a queimadas e incêndios florestais.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Redução dos focos de calor verificados no Estado do Piauí, utilizando-se como parâmetro os índices observados no ano de 2019, conforme dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
- Criação e aparelhamento de brigadas municipais no Estado do Piauí.
- Conscientização ambiental, por meio de campanhas educativas veiculadas nos meios de comunicação e realização de eventos on-line de orientação sobre a prevenção e combate a queimadas e incêndios florestais para multiplicadores, tais como profissionais das áreas de educação, saúde, segurança pública e agricultores e produtores rurais.

INDICADORES:

- Quantidade de brigadas municipais criadas no Estado do Piauí;
- Quantidade de multiplicadores (profissionais das áreas de educação, saúde, segurança pública, etc), agricultores e produtores rurais participantes dos eventos on-line.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NA FISCALIZAÇÃO DA QUALIDADE DO COMBUSTÍVEL

Combustível legal, consumidor satisfeito

OBJETIVO: Contornar com segurança os problemas de possível adulteração de combustíveis (gasolina, diesel, etanol e biocombustível) na Capital e no interior do Estado do Piauí.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Programa de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON

PÚBLICO-ALVO: consumidores de combustível no Estado do Piauí.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Celebrar acordo de cooperação técnica entre MPPI e ANP para capacitação de agentes fiscais e profissional químico e elaborar do guia de rotinas administrativas na área de combustível, levantamento de preço para aquisição do laboratório e aquisição de insumos para análise da qualidade do combustível na capital e no interior do Estado do Piauí.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Entregar à sociedade de consumo piauiense maior segurança no controle e qualidade dos combustíveis comercializados na sede do município em que é ofertado o produto ao consumidor final.
- Atender com maior eficácia os pedidos de apoio das Promotorias de Justiça, utilizando como regra a localização geográfica de cada PJ, segundo o Mapa Regional Estratégico do MPPI.
- Disponibilizar modelos de peças (Portaria, Notificação e Decisão Administrativa Sancionatória, Notificação de Decisão, Emissão de boleto/SIMP e/ou outras) na área de combustíveis de modo a facilitar a atuação dos membros e consequentemente das Promotorias de Justiça que atuam na área de proteção e defesa do consumidor.

INDICADORES:

- Laboratório Móvel para análise da qualidade do combustível adquirido;
- Quantidade de municípios beneficiados com os testes;
- Quantidade de Promotorias que receberam auxílio.

MPPI SEMPRE PRESENTE

NA DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA

Polícia estruturada: cidadão protegido

OBJETIVO: Aperfeiçoar o controle externo da atividade policial mediante visitas técnicas efetivas e resolutivas.

UNIDADE RESPONSÁVEL: Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial - GACEP

PÚBLICO-ALVO: Polícia Civil.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:

Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social.

DESCRIÇÃO DO PROJETO:

Desenvolver um software de bancos de dados das unidades policiais para nortear as metas prioritárias a serem executadas pelo TCE/PI, em decorrência do Acordo de Cooperação Técnica nº 02/2019, e pelos Promotores de Justiça, criar um fluxo procedimental ou documento instrutório que aborde as providências prévias e ulteriores à realização das visitas técnicas nas unidades policiais civis e órgãos de perícia técnica, e acompanhar os resultados.

RESULTADOS ESPERADOS DO PROJETO:

- Software de banco de dados criado e implantado;
- Fluxo procedimental criado e funcionando;
- Melhorar a estrutura física e material e aprimorar de gestão de pessoal das unidades policiais e militares através da efetividade e resolutiva das referidas visitas técnicas.

INDICADORES:

- Quantidade de unidades policiais com estrutura física e recurso materiais melhorados;
- Índice de produtividade das unidades policiais



MPPI



Ministério Público
do Estado do Piauí

Assessoria Especial de Planejamento e Gestão



planejamento@mppi.mp.br



(86) 3194 8711



Rua Álvaro Mendes, 2293, Centro,
Teresina/PI, CEP 64000 060